

Investigação Apreciativa e Pesquisa-ação: Relação Dialógica, Complementaridade ou Oposição?

Appreciative Inquiry and Action Research: Dialogical Relationship, Complementarity or Opposition?

Isabel Cristina da Silva¹, Custódio Genésio da Costa Filho², Mozar José de Brito²

¹Pontifícia Universidade Católica, PUC Minas Gerais, Brasil, ²Universidade Federal de Lavras, UFLA, Brasil
Correspondência: Isabel Cristina da Silva, Endereço: Avenida Yolando Sebastião Logli, 255, Distrito Industrial II, CEP.: 35.588-000 Arcos, MG, Brasil, Tel: 55 37 3352-2600. E-mail: isabel.admpuc@yahoo.com.br

Recebido: 15 de Agosto de 2014 Aceito: 29 de Junho de 2015 Publicado: 02 de Março de 2016

Resumo

Nesse ensaio apresentamos uma reflexão acerca do método de Investigação Apreciativa (IA). Para tanto, estabelecemos um diálogo entre essa abordagem metodológica e a Pesquisa-ação (PA), evidenciando convergências, divergências e complementaridades. Buscamos especificamente: (i) descrever o arcabouço teórico-metodológico da pesquisa-ação; (ii) discutir as orientações epistemológicas e metodológicas da investigação apreciativa; e (iii) apresentar um framework de convergências e divergências entre as referidas abordagens. Argumenta-se que as orientações epistêmicas e metodológicas da IA se assemelham às orientações da PA, por isso, as relações entre elas necessitam ser exploradas de tal modo que elas possam contribuir para a produção de conhecimento em ciências sociais aplicadas, incluindo a área de administração. Acredita-se que este ensaio alargue a nossa compreensão sobre a possibilidade de triangulação destas abordagens na pesquisa em administração.

Palavras-chave: Investigação apreciativa, pesquisa-ação, relação dialógica.

Abstract

In this essay we present a reflection on the method of Appreciative Inquiry (AI). For this purpose, we have established a dialogue between this methodological approach and Action Research (AR), emphasizing convergences, divergences and complementarities. We particularly seek to: (i) describe the theoretical and methodological framework of action research; (ii) discuss the epistemological and methodological orientations of appreciative inquiry; and (iii) present a framework of convergence and divergence between these approaches. It is argued that the epistemic and methodological orientations of the IA guidelines resemble the AR, thus the relationships between them need to be explored so that they can contribute to the production of knowledge in applied social sciences, including the administration field. It is believed that this essay extend our understanding of the possibility of triangulation of these approaches in management research.

Keywords: Appreciative inquiry, action research, dialogical relationship.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0.

1. Aspectos introdutórios: O que a discussão entre a Investigação Apreciativa e a Pesquisa-ação pode revelar?

Há quem diga que a investigação apreciativa (IA) surgiu complementarmente ao método de pesquisa-ação (PA) nos termos propostos por David Cooperrider e Suresh Srivastara (1987), considerados os precursores deste modo de fazer pesquisa. Para Van der Haar e Hosking (2004) o potencial metodológico da IA está relacionado ao estilo de pensamento aberto, o qual proporciona aos pesquisadores o estabelecimento de diálogos e práticas que possibilitam a intervenção social e a geração de conhecimentos. Quando comparada a outros métodos de pesquisa, a IA pode ser vista como uma proposta mais flexível e aberta a novas experiências metodológicas. Esses autores alegam que a IA, quando comparada à PA, por exemplo, permite que os pesquisadores tenham uma postura mais reflexiva, colaborativa e participativa. A nossa intenção neste ensaio não reside em fazer defesa de um ou de outro método, mas situar o leitor sobre as especificidades e as potencialidades metodológicas destas modalidades de pesquisa em termos dos seus propósitos de intervenção e mudança de realidades, incluindo a

organizacional. Ao conceberem o método de investigação apreciativa, os pesquisadores partiram do pressuposto de que a participação, conscientização e politização dos diferentes agentes era uma condição necessária à geração de novos conhecimentos capazes de induzir a aprendizagem e a mudança social (COGHLAN; PRESKILL; CATSAMBAS, 2003).

Destacamos que, por quase 70 anos, os acadêmicos concentraram os seus esforços no desenvolvimento de múltiplos procedimentos de pesquisa relacionados com o método de PA. Este processo gerou, evidentemente, concepções plurais e uma variedade de formas ou modos de fazer pesquisa sob a égide desta abordagem metodológica. Observamos que essas particularidades foram responsáveis pela produção de confusões teórico-metodológicas, as quais dificultam a compreensão e a marginalização destes dois métodos de pesquisa que se propõem modificar a realidade a partir da produção coletiva de conhecimento. Além disso, a apropriação indébita destes métodos, por parte de muitos pesquisadores, tem promovido algumas confusões conceituais acerca dos pressupostos da PA e da IA. Muitas vezes, estas abordagens são consideradas como similares em termos metodológicos. Ao tomarmos como objeto de reflexão, essas abordagens nos orientam pelos seguintes questionamentos: os aspectos da IA dialogam, complementam e/ou se opõem à metodologia da PA? Será que essas vertentes realmente se aproximam? Há possibilidades de conversações metodológicas? Ou estariam em foco a disputa pelo reconhecimento e a demarcação de território intelectual?

Para elucidar estes questionamentos resgatamos as orientações fundamentais da PA e da IA. Posteriormente, apresentamos um *framework* que evidencia as convergências e polaridades entre essas duas abordagens metodológicas. Assim, pretendemos avançar nessa discussão e trazer contribuições onto-epistêmicas para as pesquisas em estudos organizacionais.

2. A Pesquisa-Ação – Fundamentos e Possibilidades de Aplicações

Tradicionalmente a pesquisa-ação (PA), enquanto método de pesquisa passou por diversas transformações a partir de diferentes junções entre teoria e prática (ARIELI, 2009; RAI, 2012; LEVIN, 2012). Essa proposta de pesquisa emancipadora ganhou popularidade e teve a sua aplicação intensificada a partir da tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática, sendo encarada como uma das muitas formas de investigação da ação. Os primeiros estudos sobre essa temática parecem ter surgido nos trabalhos de Lewin (1946), por meio da lógica experimental para o estudo dos problemas sociais e a partir do movimento de organização do trabalho na década de 1960. Esta abordagem, inicialmente impulsionada pelos pesquisadores no âmbito da psicologia social, foi também apropriada por estudiosos de outras áreas de conhecimento. Para o referido autor, a pesquisa e a ação formam um todo marcado pela junção entre: (i) a teoria e a prática; (ii) o saber formal e o informal; e (iii) o abstrato e o concreto. Na sua visão, a PA deve ser tomada como uma forma de resolver problemas práticos decorrentes de tensões raciais e desigualdades sociais e de gêneros. Para tanto, a mudança social, resultante do processo de reeducação das pessoas, seria o principal produto deste modo de investigação.

Cumprindo aludir que as raízes teóricas e filosóficas desse método de pesquisa e intervenção estão atreladas ao pragmatismo, ao construcionismo social, à teoria social crítica e aos modos de pensamento sistêmico e complexo (LEVIN, 2012). Para Smith et al. (2010), a PA participativa emergiu da confluência entre a pedagogia revolucionária de Paulo Freire, a sociologia da libertação de Orlando Fals-Borda, as críticas feministas e as reconceitualizações da força sociocultural. Rai (2012) e Arieli et al. (2009) também destacam a contribuição da pedagogia do oprimido de Paulo Freire para a pesquisa-ação, a qual passou a defender que os seres humanos não são recipientes vazios que podem ser preenchidos por pontos de vista e valores dominantes. Esta concepção tem marcado a prática de pesquisa em que os pesquisadores não entram em comunidades somente para conduzir seus estudos.

Ao contrário, eles procuram formar parcerias com os membros da comunidade visando construir novo conhecimento e levando em consideração o saber local e o saber acadêmico. Além disso, os pesquisadores interagem democraticamente com as pessoas de modo a permitir que elas participem e troquem experiências e saberes que lhes servem de referência para transformarem a si mesmos e a realidade (SMITH et. al., 2010). Pelo exposto, pode-se perceber que a PA, que visa a transformação da realidade, a conscientização e a emancipação política das pessoas, não se limita à identificação do problema, ao diagnóstico, ao planejamento e à intervenção, é mais que isso, a PA visa a alteração da realidade social. Em outros termos, os adeptos da PA devem estar engajados e conscientes de que o seu papel é o de mediador no processo de transformação da realização a partir da resolução de problemas vivenciados pelas pessoas (TRIPP, 2005). A Figura 1, desenvolvida e denominada por este autor de “ciclo da investigação-ação”, apresenta mais claramente esse processo.

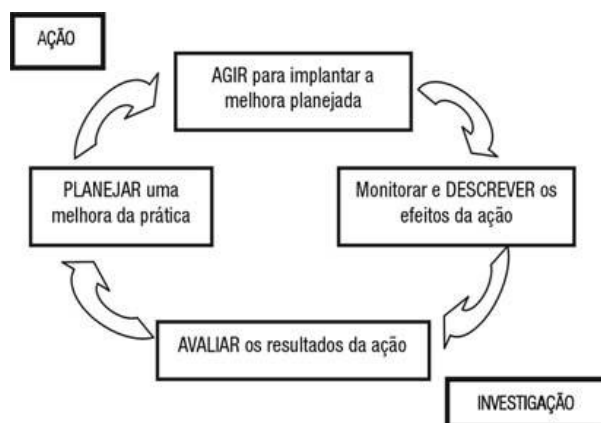


Figura 1: Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação.

Fonte: Tripp (2005, p.446).

Percebe-se, a partir do ciclo básico da investigação-ação, que a resolubilidade de problemas está atrelada a um processo cíclico e contínuo, o qual se inicia com a identificação de diferentes problemáticas que direcionam o planejamento de uma solução, sua implementação, seu monitoramento e a avaliação de sua eficácia (TRIPP, 2005). Diante do exposto, pode-se apreender que a PA, além de possibilitar a resolução de problemas práticos, pressupõe que os saberes construídos e reconstruídos também devem contribuir para a conscientização e emancipação dos membros da comunidade em análise, seja ela uma organização, um grupo de pessoas ou uma comunidade. Ao compartilharem deste ponto de vista, Maurer e Githens (2009) argumentam que na PA o ato de criar conhecimento resulta em ação orientada à conscientização e qualificação de pessoas que desejam se libertar da opressão e controlar os seus próprios destinos. Para os autores, este processo deve ser estruturado a partir de uma reflexão crítica sobre as crenças, os valores, os pressupostos tácitos e os modelos convencionais vigentes na comunidade ou em organizações.

Deste modo, a PA tem um vasto potencial para criar o conhecimento que não se limita à simples reprodução de visões de mundo e aos valores e interesses dos grupos dominantes. Como mencionado por Smith et al. (2010), nessa abordagem privilegia-se a resolução de problemas, levando-se em consideração a cultura, a sabedoria e a dimensão política inerente à ontologia do lugar e ao desejo de emancipação dos agentes, ancorada às expectativas de mudanças sociais. Nessa acepção, a PA se mostra diferenciada na medida em que supera a visão dualista entre pesquisador/pesquisado, sujeito/objeto, saber local/saber científico e defende mudanças nas relações de dependência entre indivíduos e grupos (SMITH et al., 2010). Em síntese, ao privilegiar a participação das pessoas no processo de construção do conhecimento a PA se compromete com a renovação das organizações a partir da alteração das relações de poder inerentes às práticas sociais e organizacionais (RAI, 2012). Assim, a PA se distanciam de diferentes práticas de pesquisa nas quais os pesquisadores priorizam o desenvolvimento de suas carreiras e a produção de conhecimentos para atender agendas de pesquisas de órgãos de fomento, demandas editoriais, entre outros fins. Este distanciamento se caracteriza pelo engajamento político dos pesquisadores que firmam compromissos com a transformação da realidade a partir da conscientização e reeducação emancipadora das pessoas.

Para Rai (2012), a PA deve ser vista como uma espiral autoreflexiva, que inclui o planejamento da pesquisa, a ação e a intervenção prática cotidiana. Este processo também envolve, segundo o autor, um processo de observação e coleta de dados, reflexão e interpretação e ainda reorientação das ações, de tal modo que elas atendam aos reais interesses das pessoas, dos grupos, das organizações, entre outros agentes sociais. Portanto, este processo de construção de conhecimento e ações emancipadoras pressupõe o estabelecimento de relações de confiança, cooperação e solidariedade entre os membros da comunidade e os pesquisadores. Segundo Smith (2010), estas condições são necessárias para que os pesquisadores estreitem os seus laços sociais com os membros da comunidade e contribuam para o desenvolvimento de novos conhecimentos que atendam às expectativas e interesses dos membros da comunidade ou da organização pesquisada. Esse relacionamento implica em abertura e vulnerabilidade para as quais o pesquisador pode não estar preparado. Para reduzir os efeitos desta exposição, Rai (2012) e Smith (2010) sugerem que os pesquisadores adotem uma postura de aprendiz, dando preferência ao compartilhamento de conhecimento, à adoção de uma postura dialógica e educativa sem, contudo, impor o seu ponto de vista. Neste tipo de pesquisa, a participação do pesquisador não se limita à observação, ao contrário, ela implica em revisão dos seus próprios conceitos e saberes, da sua postura política e do seu status social. Neste movimento, o pesquisador enfrenta o desafio de praticar a noção de

alteridade, estabelecendo a reciprocidade e o respeito pelo saber local.

Embora a PA exija intenso relacionamento do pesquisador com a comunidade, Herr e Anderson (2005) propõem que a participação e a localização social dos pesquisadores nas comunidades podem ser situadas em um contínuo de posições, que pressupõem diferentes formas e intensidades de engajamento. A avaliação da intensidade do envolvimento e da interação do pesquisador é relevante na PA, pois sua postura e grau de engajamento influenciam nas escolhas teórico-metodológicas e na demarcação dos aspectos éticos envolvidos nesta prática de pesquisa e intervenção. Por outro lado, diversos autores fazem alertas sobre a necessidade de participação efetiva da comunidade no processo de PA. E para que não haja uma pseudoparticipação, Arieli et al. (2009) propõem uma teoria da ação para lidar, de forma mais eficaz, com o paradoxo da participação. Este modelo de ação passa por processos essenciais, a saber:

- a. *Análise dos valores e pressupostos dos pesquisadores e da comunidade* (ou seja, buscar valorizar a participação e considerá-la como uma parte essencial da boa pesquisa-ação; verificar se a comunidade está disposta e se é capaz de se envolver na pesquisa; verificar se os pesquisadores podem contribuir e fornecer recursos valiosos para a comunidade, de modo a garantir a busca por valores de informações válidas, escolha livre e informada e compromisso interno de pesquisadores e da comunidade).
- b. *Análise das condições contextuais* (contornar as diferentes orientações para a condução da pesquisa-ação; amenizar as lacunas enraizadas no poder e nos recursos da comunidade; contornar a falta de definição ou de clareza de objetivos e as diferenças "culturais" entre os pesquisadores e a comunidade).
- c. *Elaboração de estratégias de ação* (que envolve testar se os membros da comunidade estão dispostos e se são capazes de participar como pesquisadores; verificar se os pesquisadores estão preparados para compartilhar recursos e colocar as ações práticas antes dos procedimentos de pesquisa; dirimir as diferenças culturais e de poder e, resolver conflitos sobre funções, tarefas, limites, autoridade e poder; estabelecer um tempo de reflexão conjunta e sistemática; refletir conjuntamente sobre os registros e a documentação da pesquisa; explicitar e investigar o entendimento dos membros da comunidade e dos pesquisadores; desenvolver nos participantes a iniciativa de admitir erros e estar preparado para não introduzir ou abandonar relações de pesquisa-ação quando perceber coação à participação).
- d. *Gestão das consequências intencionais* (verificar se a participação na pesquisa é baseada em uma escolha livre e informada e se o grau de participação é discutido e acordado por ambas as partes; discutir a insatisfação com o relacionamento e com a participação; avaliar se as vozes de ambas as partes são igualmente ouvidas e se influenciam-se mutuamente).

Esta participação é tida como característica básica e definidora da pesquisa-ação, portanto, a observância deste modelo de condução da pesquisa-ação é extremamente importante em função da complexidade e da relevância do processo de participação.

Como lembra Fine e Barreras (2007, p.175), a nossa responsabilidade, enquanto cientistas sociais, envolve: (i) a apreensão crítica e reflexiva sobre "o que é"; (ii) a imaginação sobre "o que poderia ser"; e (iii) a mobilização social em direção ao "que deve ser". Neste sentido, a PA convida o pesquisador a se comprometer com o "que deve ser". Essa analogia pode, inclusive, contribuir para a compreensão do que, de fato seja, o trabalho de PA e do compromisso desta abordagem com a transformação da realidade e emancipação de agentes sociais (CARROLL et al., 2011).

3. Investigação Apreciativa – Múltiplos Significados

A *Appreciative Inquiry* ou Investigação Apreciativa (IA) emergiu a partir dos estudos de David Cooperrider e Suresh Srivastra (1987), os quais estavam interessados em compreender os avanços das ciências em termos metodológicos. Em seus trabalhos, esses autores destacaram as deficiências e limitações da Pesquisa-ação (PA) e qualificaram como "romântica" a aproximação entre os pesquisadores e os agentes sociais que este método de pesquisa pressupõe. Além disso, apresentaram críticas afirmando que, ao privilegiarem a ação, os pesquisadores adeptos desta abordagem estavam limitando o desenvolvimento teórico. Para os autores, a PA não conseguiu produzir teoria inovadora que fosse capaz de inspirar a imaginação, o compromisso e o diálogo necessários para a reordenação consensual da conduta social (COOPERRIDER; SRIVASTRA, 1987). Para superar esta lacuna, os autores propuseram a IA como uma proposta epistemológica complementar às formas tradicionais de PA. Esta abordagem é vista por Bushe (1999) como sendo uma das inovações mais significativas da PA. Esse autor enfatiza que os idealizadores da PA na década de 1950 estavam preocupados com a criação de um método de pesquisa que levaria a resultados práticos, bem como ao desenvolvimento de uma nova teoria social. Esperava-se que a PA se convertesse em uma ferramenta importante para a mudança social. Entretanto, nesse quesito essa metodologia deixou a desejar, abrindo precedentes para novas postulações epistêmico-metodológicas, como a IA.

Na visão de Souza, McNamee e Santos (2010), ao aproximar de outras abordagens teórico-metodológicas (teoria crítica, hermenêutica crítica e análise crítica de narrativas), a IA ampliou o seu foco de análise e possibilitou o desenvolvimento de uma visão mais adequada das realidades sócio-culturais. Assim sendo, esta abordagem acabou assumindo um amplo escopo de análise, envolvendo diferentes conceitos e teorias (BUSHE, 1999) e métodos de transformação da realidade, incluindo a organizacional (VAN DER HAAR; HOSKING, 2004).

A IA obteve tanta legitimidade que acabou sendo considerada por Cooperrider e Whitney (2006) como um método revolucionário de mudança organizacional, que se fundamenta no diálogo igualitário e aberto, o qual conduz à efetividade e à integridade de um sistema social. Sob esse olhar, a IA passou a ser um instrumento de intervenção social e promoção de mudança organizacional.

Por um lado, a IA incorpora, em certa medida, alguns fundamentos da epistemologia social construcionista, reconhecendo que a produção do conhecimento e a realidade são socialmente construídas e inseridas em contextos sócio-históricos demarcados por orientações de tempo e espaço. Por outro, ela aproxima-se da ontologia pragmatista, que defende a utilidade e a aplicabilidade das diferentes formas de conhecimento. Na visão de Moreno (2012), mais do que um método de pesquisa, esta abordagem deve ser vista como um modo de investigação apreciativo, uma maneira de viver com, estar com, e participar diretamente da vida social. Trata-se de uma proposta metodológica que extrapola a simples busca de resolução de problemas sociais/organizacionais e se insere numa espécie de pesquisa edificante e afirmativa de investigação. Cooperrider e Srivastva (1987) salientam que essa orientação para a resolução de problemas reduz a possibilidade de geração de novas teorias organizacionais e representações da realidade social, que contribui para a transcendência das formas sociais contemporâneas. Para estes autores, ao invés de enxergar as organizações como problemas a serem resolvidos, a orientação apreciativa permite enxergá-las como eventos a serem apreciados. Assim, a visão apreciativa abre caminho para a investigação, a mobilização, a motivação, a imaginação e a mudança. Ao pautar-se pela resolubilidade dos problemas, essa abordagem incita a descoberta, o sonho, o planejamento, o destino. Ela envolve a arte e a prática de fazer perguntas positivas que fortalecem a capacidade do sistema para assimilar, prever e ressaltar o potencial positivo (BARRETT, 1995; BUSHE, 1999).

Por seu direcionamento dialógico, interativo, positivo e transformativo, a IA provoca a manifestação de metáforas generativas (GERGEN, 1977) em busca de respostas para a verdadeira transformação e inspira a imaginação e a mudança positiva, que levam ao desenvolvimento organizacional e social. Deste modo, a IA se constitui em uma prática transformativa (GERGEN; GERGEN; BARRETT, 2004), cujos princípios estão voltados para afirmações positivas, aspirações compartilhadas e integração participativa.

Ademais, a IA obteve popularidade metodológica devido ao seu potencial analítico de alterar/modificar a cultura das organizações em processos de mudanças e fusões (ZEMKE, 1999). Também para criar renovação organizacional, gerenciar conflitos diversos e prover transformações socioculturais. Essa modalidade de investigação se orienta metodologicamente pelos fundamentos dos quatro D's (*Discovering, Dreaming, Designing, Destiny*) constitutivos do ciclo contínuo de apreciações positivas (COOPERRIDER; WHITNEY, 2006), representado na Figura 2.

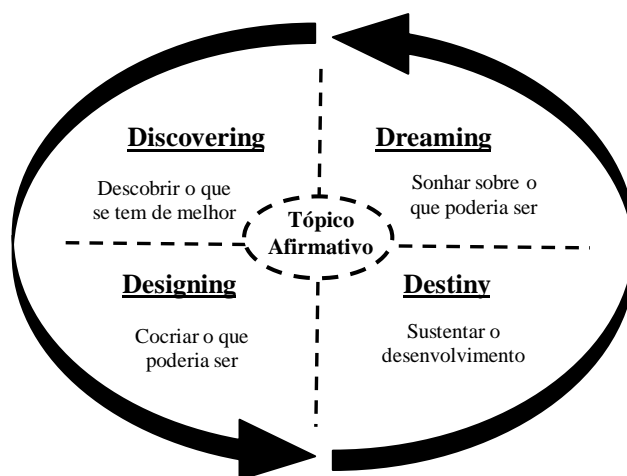


Figura 2: O ciclo dos 4 D's.

Fonte: Adaptado de Cooperrider e Whitney (2006).

O ciclo contínuo de apreciações, constituído pelos quatro elementos ou 4 D's, deve ser organizado em torno de propostas afirmativas desejadas pelas organizações ou pelas sociedades. Em outras palavras, o ciclo deve centrar-se em algo que uma organização ou uma comunidade deseja desenvolver, aprender sobre ou melhorar o

modo de fazer. Assim, a primeira etapa (*Discovering*) consiste em descobrir o que se tem de melhor, ou seja, valorizar as potencialidades e apreciar o que dá energia às pessoas, seu trabalho e sua organização, reforçando histórias positivas e boas experiências. A segunda etapa (*Dreaming*) é mais emblemática no sentido de sugerir “sonhos” para o futuro da organização/sociedade. Consiste em visionar a organização como idealmente deve ser. Nada mais nada menos que idealizar “modelos” perfeitos de funcionamento sócio-organizacional. Após descobrir as potencialidades e idealizar o melhor, a terceira etapa (*Designing*) vem criar as possibilidades e as estruturas para fornecer suporte ao sonho, ou seja, para viabilizar a construção real do que se sonhou. A quarta e última etapa (*Destiny*) vislumbra sustentar os desenvolvimentos e as inovações do processo e nutrir um senso coletivo de destino, mais propriamente, um direcionamento coletivo de esforço sobre os rumos das organizações e das sociedades.

É importante destacar que se trata de um ciclo positivo em etapas recursivas, no qual há a busca proativa por melhores resultados. Devido ao seu caráter contínuo, o destino leva a novas descobertas dos pontos fortes da organização/sociedade, dando início ao processo novamente. No centro dos quatro D's, estão as perspectivas afirmativas que orientam o caminho estratégico a ser seguido rumo à realização dos sonhos. Tais perspectivas estão envoltas em todo o processo (*Discovering, Dreaming, Designing, Destiny*) e atuam como ponto de partida da IA (COOPERRIDER; WHITNEY, 2006).

Essa orientação metodológica tende a prover participação e interação entre os envolvidos no processo de transformação. Contudo, resta saber em que medida e com que efetividade os resultados desse ciclo se firmam na realidade social. Muitas reivindicações são feitas sobre o seu estado e valor, mas ainda há poucos estudos publicados sobre os resultados da aplicação dessa orientação. Para Van der Haar e Hosking (2004), a literatura não fornece subsídios para se pensar o processo de avaliação da IA. Contudo, para suprir a ausência de procedimentos avaliativos, as autoras apontam a avaliação responsiva como uma possível alternativa a este intento.

Para Haar e Hosking (2004), a IA pode ser considerada como uma abordagem sócio-construcionista social necessária à mudança planejada. As autoras afirmam que a IA se alinha com o pensamento relacional, o qual enfatiza a mudança e considera a estabilidade como produto da contínua realização e reconstrução das realidades relacionais. Assim, tanto a investigação apreciativa quanto a avaliação responsiva são constituídas de práticas sociais que constroem ativamente identidades e mundos particulares. Por isso, a IA se manifesta de forma diferente dependendo do contexto local-histórico-cultural em que ela estiver sendo aplicada (BUSHE, 1999; WATKINS; COOPETTIDER, 2000; VAN DER HAAR; HOSKING, 2004). Portanto, a compreensão desta especificidade indica que a IA será sempre condicionada pelas demandas e particularidades locais. Deste modo, podemos concebê-la como um processo transformacional local.

Não se pode deixar de considerar que a IA, se fundamenta também nos pressupostos do paradigma sócio-racionalista, que: (i) concebe a realidade social e psicológica como produto do processo de reconstrução contínua (BUSHE, 1999); e (ii) sustenta que a ordem social é fundamentalmente instável, visto que os fenômenos sociais são guiados por heurísticas cognitivas, limitadas pela imaginação humana e atreladas às variações infinitas da ação (COOPERRIDER; SRIVASTVA, 1987). Para Bushe (1999), os sócio-racionalistas argumentam que as teorias e as crenças sobre os sistemas sociais têm um efeito poderoso sobre a natureza da realidade social. De modo que se enxerga aquilo que se acredita estar vendo, em um movimento que o próprio ato de crer cria a realidade. Deste ponto de vista, a criação de novas e evocativas teorias de grupos, organizações e sociedades, como a IA, são uma maneira poderosa para ajudar na mudança e no desenvolvimento. Há que se pontuar que teoricamente a proposta da IA tende a prover mudanças transformacionais na realidade social, contudo há fortes indícios de que essa vertente esbarra-se metodologicamente nos pressupostos da PA, limitando suas possibilidades de se firmar epistemologicamente e fornecer contribuições práticas para os estudos organizacionais.

4. Abrindo a Caixa de Pandora: Convergências/Oposições Entre a Investigação Apreciativa e a Pesquisa-Ação

Ao prefaciá-la obra seminal sobre a investigação apreciativa (IA) “*Appreciative inquiry in organizational life*”, Cooperrider e Srivastva (1987) iniciam sua argumentação ressaltando que: *We are sometime truly to see our life as positive, not negative, as made up of continuous willing, not of constraints and prohibition* (Mary Parker Follett). Ao ressaltarem a frase de Mary, os autores estão, de algum modo, reforçando a proposta acerca da IA e seu foco positivo e incitando a crítica sobre a Pesquisa-ação (PA) e sua orientação à resolubilidade dos problemas sociais/organizacionais. Especificamente neste ponto, acredita-se que os autores “pecam”, pois eles próprios apresentam a IA como uma reconfiguração da PA, ou seja, como uma proposta complementar aos métodos convencionais da PA.

Por esse motivo, parte das “confusões” conceituais acerca da IA está relacionada com a proposta de

complementaridade. Não há como negar que as vertentes dialogam entre si em uma série de quesitos, como: foco na mudança, na interação/participação, nos processos transformacionais, dentre outras inclinações. Entretanto, não cabe dizer que uma é resultado ou complemento da outra. Pela revisão de literatura observa-se que a IA surgiu de diferentes concepções ontológicas e epistemológicas e não necessariamente como uma metodologia para complementar a PA e fazer parte dela, ou até mesmo para substituí-la. Por mais que os autores tenham desenhado as orientações da IA sobre este prisma, na prática essa investigação não se apresenta como complementar no sentido de fazer parte da PA. Justamente porque cada corrente tem suas especificidades e particularidades.

A argumentação de Cooperrider e Srivastva (1987) caminha no sentido de destacar que a PA, em sua forma mais convencional, tem falhado como um instrumento para o avanço do conhecimento social e consequente desenvolvimento humano e sócio-organizacional. Mas não é o que os estudos acadêmicos têm mostrado. A PA tem sido muito útil no desenvolvimento de pesquisas de diversas naturezas. Enquanto que a IA surge como uma proposta metodológica que se orienta particularmente nos mesmos pressupostos da PA. O que não impede que ambas as abordagens coexistam e que cada uma delas preste suas contribuições para o avanço do conhecimento em ciências sociais aplicadas, incluindo a administração. Ocorre que as contribuições da IA tem sido objeto de críticas, especialmente no que diz respeito às considerações de Cooperrider e Srivastva (1987), que posicionam esta abordagem como complemento da PA. Contudo, é notório os avanços e as contribuições propostas por Barrett (1995), Bushe (1999), Chapagain (2004), entre outros pesquisadores que têm interesse por esta temática. Van der Haar e Hosking (2004), por exemplo, apresentam proposições, contribuindo, inclusive, para se pensar uma forma de avaliação da IA que estabeleça diálogos teóricos e epistêmicos com outras vertentes paradigmáticas. E ainda, outros teóricos que testaram o ciclo dos quatro D's em seus estudos e pesquisa, como Valença (2007), Moreno (2010), Oliveira (2012), dentre outros.

Há que se destacar que ambas as abordagens ancoram-se em pressupostos filosóficos que as particularizam, mas também as aproximam, dando origem a complementações e a convergências epistemológicas que em alguns momentos se sobrepõem ou se opõem em outros. Para demonstrar mais claramente essa premissa aqui defendida, o Quadro 01 esquematiza essas convergências e oposições de forma simples e sistemática.

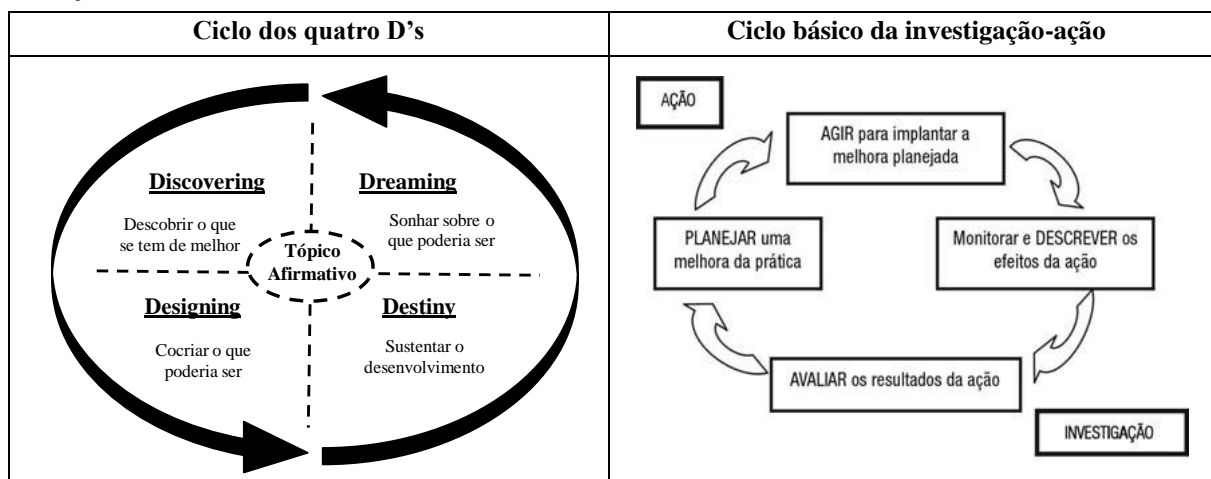
Complementaridades		Oposições/divergências	
<i>Investigação Apreciativa</i>	<i>Pesquisa-ação</i>	<i>Investigação Apreciativa</i>	<i>Pesquisa-ação</i>
Dedica-se às práticas sociais e organizacionais	Interesse investigativo voltado para a prática social	Epistemologicamente orientada pelo paradigma sócio-racionalista	Epistemologicamente orientada pelo paradigma sócio-construcionista
Esforços coletivos para a mudança transformacional	Interação social para prover processos de mudança e transformação social	Foco em premissas positivas	Foco na resolubilidade de problemas
Interação dialógica e participativa entre os agentes do processo	Intervenção social e participativa	Orienta-se por sonhos	Orienta-se por planejamento
Direcionamento dialógico, interativo, positivo e transformativo	Direcionamento participativo, orientado para a prática, visando encontrar soluções para os problemas sociais e emancipar os indivíduos e grupos.	Origem/fontes: a teoria crítica, a etnografia, o estudo de caso, a análise de narrativa e a pesquisa-ação. Bem como, a epistemologia construcionista social e o paradigma sócio-racionalista	Origem/fontes: a pedagogia revolucionária de Paulo Freire, a sociologia da libertação de Orlando Fals-Borda e as críticas feministas e as reconceitualizações da força sociocultural.
		Orienta-se metodologicamente pelo Ciclo dos quatro D's	Orienta-se metodologicamente pelo Ciclo básico de investigação-ação

Quadro 01: Framework das correlações/oposições entre a Investigação Apreciativa e a Pesquisa-Ação.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir da literatura.

No referido quadro estão dispostas as principais oposições e divergências existentes entre a IA e a PA, relacionadas com a orientação epistemológica (sócio-racionalista de um lado e sócio-construcionista de outro), no foco de atuação (premissas positivistas *versus* resolução de problemas) e na orientação que norteia as correntes (uma orientada pelos sonhos e a outra pelo planejamento). E isto se deve, provavelmente, às origens e fontes teóricas que suplantaram o desenvolvimento de cada uma das correntes de pesquisa. Por outro lado, ficam evidentes as complementaridades e as similaridades entre as correntes, as quais, em síntese, se dedicam totalmente à prática de transformação e emancipação social, dentro de um processo dialógico e integralmente participativo.

Em termos metodológicos e procedimentais a IA e a PA adotam estratégias e caminhos distintos. Pelo Quadro 02 podem ser observados os procedimentos metodológicos adotados por cada uma das vertentes. Tem-se que, apesar dos propósitos da IA e da PA serem semelhantes (buscam a mudança e a transformação social), o caminho percorrido é diferente. Enquanto a IA focaliza a apresentação de descobertas das potencialidades para se iniciar as intervenções no campo, a PA parte do diagnóstico de problemas a serem resolvidos. Posteriormente, a IA sugere que se vislumbre possibilidades de melhoria, enquanto a PA centra-se na busca pela ação prática. Em seguida, a IA indica a criação e o desenvolvimento de soluções, por sua vez a PA concentra-se na verificação dos resultados das ações. Por fim, enquanto a IA está buscando nutrir o sonho coletivo, transformador e redescobrendo novas alternativas, a PA já está avaliando os resultados e reiniciando o planejamento de novas ações. Portanto, a IA concentra-se em um caminho que leva a construções de sonhos e concepções coletivos de longo prazo e que deixa a prática como sendo uma consequência deste ciclo otimista de sonhos; diferentemente, a PA se apresenta mais pragmática e focada em ações e resultados de curto prazo, num ciclo constante de ação e avaliação.



Quadro 02: Comparação metodológica entre a Investigação Apreciativa e a Pesquisa-Ação.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da literatura.

As alegações e os argumentos apresentados ao longo deste ensaio contribuem para a formulação de respostas aos questionamentos iniciais. A IA apresenta pressupostos complementares e ao mesmo tempo opostos à PA. De modo, que não se deve denominá-la simplesmente como uma corrente complementar, pois a IA tem suas particularidades essenciais. Ocorre que ela apresenta aspectos similares aos da PA, em termos de direcionamento dialógico, interativo e transformativo. Nesse ínterim, as correntes se aproximam e há possibilidade de conversação teórica, pois o fim último é a mudança social e a transformação da realidade. Mas para isso, há que se abandonar as reconhecidas “batalhas” pela superioridade de reconhecimento no campo da pesquisa e trilhar caminhos alternativos. Pois, uma ontologia convincente só pode ser estabelecida quando a pesquisa de determinada área é bem sucedida, existindo um critério unificado em reconhecer este êxito. O sucesso vai ser alcançado através da atenção detalhada para os problemas explicativos que surgem ao se envolver com o assunto da pesquisa (KEMP, 2005).

5. Considerações Finais

De modo bastante elementar, este estudo apontou que entre a investigação apreciativa e a pesquisa-ação há indicativo de complementaridade no sentido de aproximações teórico-práticas, e ao mesmo tempo oposições e divergências em termos de orientação epistemológica e metodológica. Por esse motivo, este estudo sustenta que indicar a investigação apreciativa como uma reconfiguração da pesquisa-ação é incorrer em erros e desvios ontológicos e epistemológicos, haja vista que se trata de vertentes muito particulares que, apesar de conversarem entre si, cada qual tem sua metodologia de aplicação e suas contribuições para o campo da pesquisa social.

Acredita-se que a pesquisa-ação pode fornecer a lógica intelectual, reflexiva e metodologia necessária para os processos de transformação social e que do mesmo modo a investigação apreciativa pode fazê-lo e não se trata de dizer qual corrente é melhor, mas sim de analisar em que contexto social elas melhor se aplicam. Ou seja, embora uma seja mais “sonhadora” e a outra mais “pragmática”, ambas buscam basicamente as mesmas finalidades – mudança e transformação social.

Diferentemente dos argumentos preconizados por alguns autores, o debate acadêmico não deveria se preocupar com o embate entre estas correntes científicas, mas empenhar-se em ampliar as suas aplicações práticas, de modo a aumentar as conquistas sociais, o que exigiria uma lapidação dos seus métodos ao ponto de torná-las mais acessíveis academicamente. Assim, este estudo contribui para se pensar a investigação apreciativa como uma corrente metodológica própria, que apesar de apresentar similaridades com a pesquisa-ação, tem seu método investigativo particular. O que não impede que ambas (IA e PA) sejam utilizadas em um mesmo processo investigativo. E ainda que as oposições e divergências entre essas duas correntes não devem ser utilizadas como “escudo” para estabelecer superioridades e dizer qual delas é melhor, mas sim para permitir escolhas particulares em contextos específicos.

Todas as correntes teóricas por si só trazem limitações e deficiências em termos de produção de conhecimento e verdade acerca dos fenômenos sociais. Portanto, defende-se aqui a necessidade de compilação teórica entre as correntes de base epistemológicas similares, pois acredita-se que ao empreender uma bricolagem teórica de várias correntes, tem-se a possibilidade de avançar no campo de estudos e romper com as limitações clássicas da pesquisa rumo a novos esclarecimentos. Há que se pensar no abandono da pesquisa teórica parcial e fragmentada e buscar conversações multirreferenciadas que sejam capazes de induzir os pesquisadores a refletirem sobre possibilidades de diálogo entre ontologias e epistemologias.

Referências

- ARIELI, D.; FRIEDMAN, V. J.; AGBARIA, K. The paradox of participation in action. **Action Research**. Vol. 7(3), 263–290, Sage Publications, London, 2009.
- BARRETT, F. J. Creating Appreciative Learning Cultures. **Organization Dynamics**. Vol. 24, 36-49, 1995.
- BUSHE, G. R. **Advances in appreciative inquiry as an organization development intervention**, 1999. Disponível em: <http://www.gervasebushe.ca/aiodj.htm>. Acesso em Março de 2013.
- CARROLL, F.; JENKINS, A.; WOODWARD, C.; KOP, R.; JENKINS, E. Exploring how social media can enhance the teaching of action research, **Action Research**. Vol. 10, 170–188, 2012.
- CHAPAGAIN, C. P. Appreciative Inquiry for Building Human Capacities: An Innovative Approach for the New Millennium. **Annals of Second International Conference of Appreciative Inquiry**, Florida - USA (September 2004). Disponível em: <http://appreciativeinquiry.case.edu/uploads/AI%20Paper-Sept%2005%20-Chandi.pdf>. Acesso em Março de 2013.
- COGHLAN, A. T.; PRESKILL, H.; CATSAMBAS, T. T. An Overview of Appreciative Inquiry in Evaluation. **New Directions for Evaluation**. Vol.100, 5-22, 2003.
- COOPERRIDER, D. L.; SRIVASTVA, S. Appreciative inquiry in organizational life. In R. Woodman & W. Pasmore (Eds), **Research in organizational change and development**. Greenwich, CT: JAI Press, Vol. 1, 129–69, 1987.
- COOPERRIDER, D. L.; WHITNEY, D. **Investigação apreciativa: uma abordagem positiva para a gestão de mudanças**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- GERGEN, K. J. The social construction of self-knowledge. IN: L. Mischel (Ed), **The self, psychological and philosophical issues**. Oxford, England: Blackwell, 1977.
- GERGEN, K. J.; GERGEN, M. M.; BARRETT, F. J. Dialogue: Life and Death of the Organization. IN: GRANT, D.; HARDY, C.; OSWICK, C.; PHILLIPS, N.; PUTNAM, L. (Eds.) **Handbook of Organizational Discourse**, Thousand Oaks, CA, Sage, 2004.
- HERR, K.; ANDERSON, G. **The action research dissertation**. Thousand Oaks, CA: SAGE. 2005.
- LEVIN, M. Academic integrity in action research, **Action Research**. Vol. 10 (2), 133–149, 2012.
- MAURER, M.; GITHENS, R. P. Toward a reframing of action research for human resource and organization development. **Action Research**. Vol. 8(3), 267–292, Sage Publications, London, 2009.
- OLIVEIRA, R. R. Proposta de um modelo de capacitação e enfoques multitemáticos da gestão de organizações

não governamentais: Integração Teoria-Pesquisa no caso do Pró-Criança. IN: **Anais do III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS)**, 2009.

RAI, R. K. A participatory action research training initiative to improve police effectiveness. **Action Research**. Vol. 10(3), 225–243, Sage Publications, London, 2012.

SMITH, L.; BRATINI, L.; CHAMBERS, D.; JENSEN, R. V.; ROMERO, L. Between idealism and reality: Meeting the challenges of participatory action research. **Action Research**. Vol. 8(4), 407–425, Sage Publications, London, 2010.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, Vol. 31(3), 443-466, set./dez. 2005.

VAN DER HAAR, D.; HOSKING, Evaluating appreciative inquiry: A relational constructionist perspective. **Human Relations**, Vol. 57(8), 1017–1036, 2004.

VALENÇA, A. C. **Método de investigação apreciativa da ação- na- ação**: teoria e prática de consultoria reflexiva. Recife: Bagaço, 2007.

WATKINS, J.; COOPERRIDER, D. L. **Appreciative inquiry**: A transformative paradigm, 2000. Disponível em: <http://www.odnetwork.org/odponline/vol31n1/transformative.html>. Acesso em Março de 2013.

ZEMKE, R. **Don't fix that company**. Training, Vol. 36, 26–33, 1999.